

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: novembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

## Índice

OMC confirma vitória do país contra os EUA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009 .....	4
Brasil e mais 21 países podem reduzir tarifas – Jonathan Lynn – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009.....	4
EUA pedem ao Brasil concessões adicionais na Rodada Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/11/2009 .....	6

## **União Europeia e Mercosul voltam a negociar acordo no início de 2010** – Assis Moreira – Valor Econômico – 09/11/2009

O Mercosul e a União Europeia (UE) vão fazer uma nova reunião no início do próximo ano para tentar relançar a negociação do acordo de livre comércio birregional, que poderia ampliar em alguns bilhões de dólares suas exportações. A ideia é de, uma vez retomada a barganha, fechar o acordo "super-rapidamente".

Depois de três dias de reunião em Lisboa, encerrada na sexta-feira, negociadores dos dois blocos concluíram que ainda havia "distância considerável de expectativas". Mas saíram com o acerto de nova reunião, estimando que vale a pena continuar tentando aproximar as posições, ainda mais que os setores econômicos, sobretudo da UE e do Brasil, querem concluir o acordo em 2010, bem mais do que no passado.

O setor automotivo europeu, por exemplo, indica que prefere muito mais um acordo com o Mercosul do que com a Coreia do Sul. A indústria europeia tenta convencer os Estados-membros a não dar aval para o acordo já negociado com os coreanos. A preferência ao bloco do Cone Sul favorece montadoras europeias, enquanto o acordo com os coreanos abre o mercado europeu para alguns de seus principais concorrentes, com preços bem mais baixos.

Os europeus se mostram mais flexíveis sobre os parâmetros para a retomada da negociação. Quando a negociação foi suspensa, há cinco anos, o Mercosul tinha recuado na área automotiva e reduzido a cobertura do acordo de 90% para 74% do comércio bilateral. Até recentemente, Bruxelas insistia que só voltava a conversar se a cobertura de 90% fosse restabelecida.

Agora, segundo fontes brasileiras, os europeus parecem dispostos a aceitar cobertura menor até porque o próprio conceito do que isso significa continua nebuloso. Afinal, argumenta o Mercosul, o percentual de 90% para liberalização poderia ser alcançado facilmente se Bruxelas abrisse mais o comércio agrícola, em vez de insistir em comércio administrado com o bloco através de cotas (limita a quantidade dos produtos que entram em seu mercado).

Ficou claro, e sem surpresas, em Lisboa, a persistente e grande diferença nas expectativas de ganhos na área agrícola, enquanto o setor industrial brasileiro sinaliza com novas ofertas de maior abertura do mercado.

Também parece evidente para negociadores que um acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul incluirá ofertas diferenciadas do bloco do Cone Sul. Ou seja, o Brasil fará mais concessões aos europeus do que a Argentina. Mas essa questão da diferenciação, e seu percentual, não vão aparecer na retomada da negociação, e sim no fechamento do acordo.

Na sexta-feira, coincidindo com o fim da reunião UE-Mercosul em Lisboa, Bruxelas divulgou um estudo mostrando que os exportadores europeus enfrentam mais de 200 novas barreiras comerciais restritivas desde o começo da crise econômica global.

A Argentina é o segundo país com mais barreiras contra produtos europeus, num total de 35, comparado a cinco do lado brasileiro. Só a Rússia supera os argentinos e, número de barreiras, com 43 medidas.

[Voltar ao topo](#)

**OMC confirma vitória do país contra os EUA** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009

O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (Organização Mundial do Comércio) autorizou hoje o Brasil a aplicar sanções comerciais aos EUA por conta de subsídios dados aos produtores de algodão. Em 31 de agosto, a OMC deu ao Brasil o direito de punir os EUA em um valor próximo a US\$ 295 milhões. Mas, para poder executar a medida, Brasília deveria pedir autorização ao Órgão de Solução de Controvérsias, que hoje deu o sinal verde. Segundo fontes da OMC, o Brasil pode começar a aplicar as sanções quando quiser. O que não pode ser determinado com certeza é o valor dessas sanções, já que o número dependerá de cálculos baseados nas informações dos EUA. Segundo as estimativas do Brasil até o momento, em 2009 poderão ser aplicadas sanções no valor de US\$ 460 milhões às mercadorias e de US\$ 340 milhões nos serviços e propriedade intelectual. Quanto aos produtos que poderão ter aumento de tarifa, o Brasil publicou uma lista de 222 itens, que está aberta a consulta até 30 de novembro -data limite para que as associações empresariais apresentem sugestões.

**Brasil e mais 21 países podem reduzir tarifas** – Jonathan Lynn – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009

Negociação, menos exigente que a da Rodada Doha, visa aumentar o comércio entre economias em desenvolvimento

Diplomatas dizem que provável acordo envolve corte de 20% ou mais nas tarifas reais sobre 70% dos bens negociados entre esses países

Visto que as negociações da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC) entram no seu nono ano sem uma conclusão à vista, um grupo de 22 países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, se prepara para fechar um acordo próprio de redução de tarifas e promoção do comércio entre si. O acordo para expandir o Sistema Geral de Preferências Comerciais (GSTP, na sigla em inglês) pode ser anunciado durante a conferência ministerial de três dias da OMC que começa em Genebra (Suíça) no dia 30 deste mês, com a presença de ministros da maioria dos 153 países-membros. O GSTP, com 22 integrantes, inclui pesos-pesados como Brasil, Coreia do Sul e Índia, bem como alguns dos países mais pobres do mundo, a exemplo de Coreia do Norte e Zimbábue. África do Sul e China não participam do grupo. O GSTP é um dos poucos fóruns em que as duas Coreias negociam diretamente. Funcionários do setor de comércio e diplomatas afirmaram que o provável acordo envolveria um corte de 20% ou mais em suas tarifas reais, ou "aplicadas", sobre 70% dos bens negociados.

Esse acordo, conhecido no jargão da diplomacia comercial como "modalidades", seria então implementado nos próximos meses depois de trabalhos detalhados para a aplicação da tarifa a produtos individuais. Os países também negociariam cortes mais profundos de maneira bilateral, e essas vantagens seriam posteriormente oferecidas a todo o grupo. Um estudo conduzido pela Unctad, órgão da ONU que está prestando assistência técnica às negociações do GSTP, estima que um corte de 30% nas tarifas, pelos 22 países, elevaria suas exportações em US\$ 11,7 bilhões, enquanto um corte de 20% resultaria em elevação de US\$ 7,7 bilhões. O comércio entre os países em desenvolvimento continua a ser relativamente pequeno, mas eles estão ávidos por expandi-lo e aproveitar o crescimento uns dos outros, para reduzir a dependência com relação às nações ricas. As propostas do GSTP, nas quais participantes teriam espaço para isentar 30% dos bens de quaisquer cortes de tarifas, são também muito menos exigentes que as da Rodada Doha para todos os 153 países-membros, ainda que essas igualmente ofereçam tratamento especial aos países em desenvolvimento e aos mais pobres. "Um dos problemas do comércio Sul-Sul é que a base inicial é bastante baixa e por isso não existem linhas de navegação estabelecidas", disse um diplomata latino-americano envolvido nas negociações. "Caso o desenvolvimento comece, assim que for atingida uma massa crítica as coisas começarão a fluir", completou. As regras do comércio internacional permitem tratamento especial aos países em desenvolvimento, por exemplo com o uso de tarifas reduzidas preferenciais, as quais envolvem dispensar o princípio de não discriminação que norteia os acordos da OMC, sob qual todos os integrantes devem receber o mesmo tratamento. Esse tratamento preferencial é, em geral, oferecido pelas potências comerciais ricas, como os Estados Unidos e a União Europeia, mas países em desenvolvimento também o oferecem.

O GSTP foi criado em 1988. Uma tentativa de expandi-lo nos anos 90 fracassou. A atual rodada de negociações, no momento presidida pelo embaixador argentino na OMC, Alberto Dumont, se iniciou em São Paulo em 2004. Os membros da OMC que pertencem ao GSTP são: Argentina, Brasil, Chile, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai, Vietnã e Zimbábue. Os não membros da OMC integrados ao grupo são Argélia, Coreia do Norte e Irã.

---

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

**EUA pedem ao Brasil concessões adicionais na Rodada Doha - Assis Moreira –**  
Valor Econômico – Brasil - 27/11/2009

*Peter Allgeier, ex-negociador dos EUA: "A menos que esse impasse seja quebrado não haverá conclusão da Rodada"*

Os Estados Unidos apresentaram ao Brasil uma lista de 3 mil alíquotas - 30% do universo tarifário brasileiro - a partir das quais espera concessões adicionais do país para voltar à mesa de negociações da combalida Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC). O Valor apurou que a lista foi apresentada na mais recente negociação bilateral, ocorrida há algumas semanas em Paris, e cobre setores onde Washington quer redução maior e mais acelerada de cortes tarifários, como papel e celulose, químicos e farmacêuticos, máquinas e equipamentos médicos. O setor automotivo não está incluído.

A ideia americana não é arrancar concessões adicionais em todas as 3 mil linhas tarifárias, mas sim entre elas, que cobrem em todo caso setores considerados sensíveis. No entanto, Washington sequer indicou quais produtos considera prioritários, dificultando uma eventual barganha. Mas é por essa lista que cedo ou tarde voltará a negociar.

Na prática, Washington continua aumentando as cobranças sobre o Brasil, China e Índia, sem realmente se engajar de volta na negociação, para tentar evitar o papel do grande vilão atual no sistema multilateral de comércio.

O fato, porém, é que os EUA chegam completamente isolados para a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) de segunda a quarta-feira em Genebra. A maioria esmagadora dos países rejeita a posição americana de reabrir o pacote de Doha só de um lado, sem que Washington tenha de pagar pelas concessões que pede. Brasil, China e todos os outros dizem que já estão no limite do que podem fazer. E os próprios EUA estão nessa situação sem aumentar sua oferta na área agrícola. A grande maioria quer indicar que não aceita jogar fora oito anos de negociação porque "um só país" bloqueia a negociação.

Ocorre que esse único país é a maior economia do planeta e sua receita para eventualmente voltar à mesa de negociações é amarga. Peter Allgeier, que serviu como embaixador dos EUA na OMC de 2005 até metade deste ano, deu uma mostra disso na semana passada em uma apresentação em Washington. Ele concordou que o impasse atual em Doha é devido principalmente aos EUA, pela sua demanda de maior acesso a mercados agrícola e industrial de Brasil, China e Índia. "A menos que esse impasse seja quebrado", disse Allgeier, "não haverá conclusão da Rodada Doha".

Agora presidente de uma empresa afiliada do escritório de advocacia Crowell and Moring LLP, ele sugeriu que os EUA apresentem uma proposta em três pontos para "reenergizar" a negociação para a liberalização global de comércio. De seu lado, Brasil, China e Índia se comprometeriam a renunciar a usar qualquer exceção na negociação industrial, e, portanto, abririam mão do direito de fazer cortes menores nas tarifas de produtos de setores considerados sensíveis. Por sua vez, os EUA se comprometeriam a abandonar a metodologia de calcular margem de dumping, conhecida por "zeroing" - já condenada diversas vezes pelos juízes da OMC por inflar a sobretaxa que o exportador é obrigado a pagar.

Allgeier sugere que a União Europeia renuncie à sua proposta para que os membros da OMC ampliem a proteção de indicações geográficas para vinhos, destilados e outros produtos, que é rejeitada com força por países como a Argentina.

Para o ex-embaixador americano, são decisões políticas difíceis de serem tomadas, mas não são sacrifícios econômicos "fatais".

A China, que também deveria ter bilateral com os americanos, informou que até agora isso não ocorreu. Para o embaixador chinês na OMC, Sun Zhenyu, pode-se esperar a manifestação de "uma frustração certa" com o impasse na Rodada Doha, ao longo da próxima semana em Genebra.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

